



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO MECÂNICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO MECÂNICA

RAFAEL COSTA FIGUEIREDO FERNANDES

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA PEQUENA EMPRESA DO RAMO
DE ALIMENTOS PERECÍVEIS**

JOÃO PESSOA
2022

RAFAEL COSTA FIGUEIREDO FERNANDES

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA PEQUENA EMPRESA DO RAMO
DE ALIMENTOS PERECÍVEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do Curso de Engenharia de
Produção Mecânica da Universidade Federal
da Paraíba para obtenção do título de Bacharel
em Engenharia de Produção Mecânica.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Alves de Paiva

João Pessoa

2022

F363a Fernandes, Rafael Costa Figueiredo.

Análise econômico-financeira: de uma pequena empresa
do ramo de alimentos perecíveis / Rafael Costa
Figueiredo Fernandes. - João Pessoa, 2022.

47 f. : il.

Orientação: Jonas Alves Paiva.

TCC (Graduação) - UFPB/CT.

1. demonstrativos contábeis; indicadores; análise
eco. I. Paiva, Jonas Alves. II. Título.

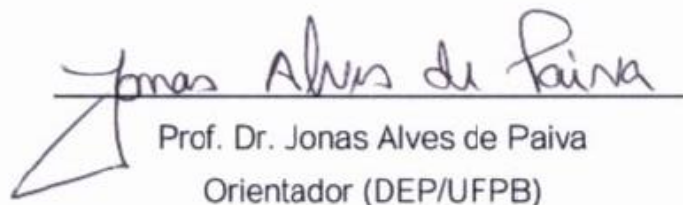
UFPB/CT

CDU 658.5(043.2)

RAFAEL COSTA FIGUEIREDO FERNANDES

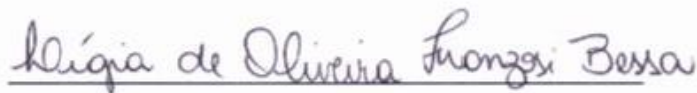
**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA PEQUENA EMPRESA DO
RAMO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à **Coordenação de Graduação do Curso de Engenharia de Produção Mecânica** da UFPB, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de bacharel em engenharia de produção mecânica, apresentado em sessão de defesa pública realizada em 30/11/2022, obtendo o conceito **APROVADO**, sob avaliação da banca examinadora a seguir:


Prof. Dr. Jonas Alves de Paiva
Orientador (DEP/UFPB)

Documento assinado digitalmente
 ALESSANDRA BERENGUER DE MORAES
Data: 16/12/2022 09:06:55-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Alessandra Berenguer de Moraes
Examinador (CT/DEP)


Prof. Dr. Ligia de Oliveira Franzosi Bessa
Examinador (CT/DEP)

RESUMO

O espírito empreendedor é a base para qualquer negócio, seja por parte dos diretores ou colaboradores. De modo geral, as empresas surgem pequenas, crescem ao longo de sua vida até o alcance da competência de seus responsáveis e quanto maior a empresa maior o nível de complexidade. Este trabalho teve como objetivo desenvolver a análise econômico-financeira de uma dada empresa do ramo de alimentos perecíveis, a qual após seu crescimento enfrenta dificuldades em avaliar sua atual situação através de métodos simplórios, utilizados no início de suas atividades. Os demonstrativos financeiros possibilitam observar e analisar como vai a empresa, se a mesma está crescendo ou diminuindo ao longo de sua vida e diante o mercado, porém nem todas as empresas realizam os demonstrativos financeiros, o que não impede que a mesma realize uma análise econômico-financeira. Para o desenvolvimento desta análise é necessário coletar determinados dados os quais são capazes de calcular indicadores financeiros que são a base para uma análise econômico-financeira. O desenvolvimento de tal análise exigiu a coleta de dados junto a empresa e o cálculo de alguns valores presentes nos indicadores, os quais não são desenvolvidos pela mesma, através destes valores foi possível realizar os cálculos dos indicadores, os quais foram classificados como quanto maior melhor ou quanto menor melhor e são a base para a análise econômico-financeira, através destes resultados a mesma tem a competência de julgar qual a melhor forma de aplicar seu capital, auxiliando assim suas tomadas de decisões.

Palavras-chave: demonstrativos contábeis; indicadores; análise econômico-financeira.

ABSTRACT

The entrepreneurial spirit is the basis for any business, whether on the part of directors or employees, in general, companies start small, grow throughout their lives until they reach the competence of those responsible and the larger the company, the greater the level of complexity. This work aimed to develop the economic-financial analysis of a given company in the perishable food industry, which after its growth faces difficulties in assessing its current situation through simple methods, used at the beginning of its activities. financial statements make it possible to observe and analyze how the company is doing, whether it is growing or decreasing throughout its life and in the face of the market, but not all companies carry out financial statements, which does not prevent them from carrying out an economic-financial analysis. For the development of such an analysis it is necessary to collect certain data which are capable of calculating financial indicators that are the basis for an economic-financial analysis. The development of such an analysis required the collection of data from the company and the calculation of some values present in the indicators, which are not developed by the same, through these values it was possible to carry out the calculations of the indicators which were classified as the higher the better or the smaller the better and they are the basis for the economic-financial analysis, through these results it has the competence to judge the best way to apply its capital, thus helping its decision-making.

Keywords: accounting statements; indicators; economic-financial analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Modelo de balanço patrimonial.....17

Figura 2 – Tripé das demonstrações contábeis31

QUADROS

Quadro 1 – Balanço patrimonial detalhado.....21

Quadro 2 – Demonstração de resultados DRE22

Quadro 3 – Modelo de demonstrativo DVA26

Quadro 4 – Dados do balanço patrimonial35

Quadro 5 – Dados DRE anual35

Quadro 6 – Índices padrão42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
ANC	Ativo não Circulante
BP	Balanço Patrimonial
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EG	Endividamento Geral
ELP	Elegíveis a Longo Prazo
EST	Estoque
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GAT	Giro de Ativos Total
ICMS	Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPL	Índice de Patrimônio Líquido
IR	Imposto de Renda
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LL	Lucro Líquido
LS	Liquidez Seca
ML	Margem Líquida
OMS	Organização Mundial da Saúde
PC	Passivo Circulante
PCT	Participação do Capital de Terceiros
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Passivo não Circulante
RLP	Realizáveis a Longo Prazo

ROA	Retorno sobre Ativo total
ROE	Retorno sobre o patrimônio líquido
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TA	Total de Ativos
TP	Total de Passivo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3 JUSTIFICATIVA.....	14
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
4.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BÁSICAS	16
4.1.1 Balanço patrimonial	16
4.1.2 Demonstração de resultados do exercício	21
4.1.3 Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados	22
4.1.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido	23
4.1.5 Demonstração dos fluxos de caixa.....	23
4.1.6 Demonstração do valor adicionado	25
4.2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ECONÔMICO ATRAVÉS DE INDICADORES	26
4.2.1 Indicadores de liquidez.....	27
4.2.2 Indicadores de endividamento	28
4.2.3 Indicadores de rentabilidade	29
5 METODOLOGIA	30
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	30
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
6.1 ANALISANDO A LIQUIDEZ	36
6.2 ANALISANDO O ENDIVIDAMENTO.....	38
6.3 ANALISANDO A RENTABILIDADE.....	40
7 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Diversas empresas iniciam suas atividades com pequenos investimentos, e de acordo com os seus resultados financeiros, continuam reinvestindo no negócio cada vez mais, mesmo sem fazer um bom acompanhamento financeiro do que se tem investido em infraestrutura e capital de giro. Este comportamento traz uma certa dificuldade em se analisar minuciosamente se o valor aplicado na empresa está tendo ou não um bom rendimento em relação ao que o mercado pode remunerar este capital.

Toda empresa nasce a partir de dois fatores principais: o espírito empreendedor e a competência empresarial de uma pessoa. Por espírito empreendedor se entende a vontade de alguém realmente fazer algo associado a uma disponibilidade para assumir riscos. Competência empresarial é a capacidade de perceber uma oportunidade no mercado e de gerar uma solução (produto ou serviço) que atenda a essa necessidade. A partir daí, alcança-se o sucesso; o sucesso gera crescimento e o crescimento gera a complexidade. Quando a situação se torna complexa, a empresa entra num período de estabilidade e precisa agregar uma nova competência para continuar crescendo e se desenvolvendo. (MENDES, 2011, p.94)

O trabalho a ser realizado terá como objeto de estudo uma dada empresa do ramo de alimentos perecíveis, a qual está no mercado desde o ano de 2002, atualmente possui cerca de 12 funcionários, sendo classificada como de pequeno porte. Esta empresa iniciou como microempresa e foi crescendo ao longo dos anos até chegar aos dias de hoje, onde possui um valor significativo de capital aplicado em infraestrutura, assim como em estoque, porém ao longo destes anos de operação e consequente crescimento, a empresa não realiza avaliações econômico-financeiras, sendo que a cada novo investimento a situação se tornava cada vez mais complexa para se poder fazer esta análise.

Os índices financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que tem por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações financeiras. A análise de empresas por meio dos índices financeiros é certamente a mais conhecida, chegando mesmo a ser confundida com a chamada 'análise de balanço' (SILVA, 2013).

Atualmente a mesma vem buscando se ajustar ao mercado, tendo sido abalada pelos efeitos da pandemia de Covid-19, considerada como uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, pandemia a qual impactou todos os aspectos de

nossa sociedade e seus efeitos foram sentidos nos sistemas de saúde e nas economias de todos os países (WEIBLE *et al.*, 2020).

A empresa em questão de modo geral não realiza um bom acompanhamento financeiro, possui um déficit no setor de cobranças e também não analisa o retorno sobre seus investimentos. A análise simplificada do fluxo de caixa com apenas entradas e saídas junto ao impreciso acompanhamento dos estoques e de seus bens, impossibilita uma boa análise da sua situação financeira, isto por que, quando pequena, era possível realizar este acompanhamento na empresa de forma mais simples, onde os próprios diretores e sócios realizavam. Após seu crescimento, se torna mais complexo tal acompanhamento, de forma a qual sua análise se torna mais complexa e em muitos casos imprecisa.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2021, p. 1) a análise econômico-financeira tem como objetivo o “levantamento da situação atual da empresa, através da aplicação de um diagnóstico, que possibilitará avaliar o atual estágio da gestão financeira e econômica da empresa”. De acordo com Marion (2019) poderíamos dizer que só teremos condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio dos três pontos fundamentais de análise: Liquidez (Situação Financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital).

A análise econômico-financeira só será possível com a estruturação das demonstrações contábeis que são o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício. É importante observar que a lei nº 6.404 de 1976 e as alterações trazidas pela lei nº 11.638 de 2007 e pela lei nº 11.941 de 2009 trazem os aspectos legais quanto à apresentação e obrigatoriedade das demonstrações contábeis. Este conjunto de leis também obriga as empresas de capital negociado em bolsa de valores a apresentarem as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). No entanto, por se tratar de uma empresa que trabalha com o regime tributário simples nacional, tais relatórios como balanço patrimonial e DRE não são exigidos por lei, porém não deixam de ser necessários para que a empresa possa ter em mãos a sua atual condição patrimonial e financeira.

A motivação da presente pesquisa é esclarecer quais são os resultados econômicos e financeiros da empresa em questão, evidenciando aos administradores sua atual situação.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Realizar a análise econômico-financeira de uma pequena empresa do ramo de alimentos perecíveis.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar revisão bibliográfica sobre demonstrativos básicos e indicadores de liquidez, solvência e rentabilidade;
- Desenvolver os demonstrativos da empresa que são necessários para a análise econômico-financeira;
- Calcular os indicadores de liquidez, solvência e rentabilidade;
- Executar análise econômico-financeira com base no resultado dos indicadores.

3 JUSTIFICATIVA

O Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), aponta que 25% das empresas morrem em seus dois primeiros anos de mercado. A falta de planejamento, a ausência de conhecimento relacionada às necessidades financeiras, a competitividade do mercado, a dificuldade na regulamentação do negócio e incapacidade administrativa são alguns dos fatores mais comuns para o insucesso.

Os indicadores financeiros são ferramentas de suma importância para a sobrevivência das micro e pequenas empresas. São termômetros de medição de desempenho e avaliação do processo operacional das organizações empresariais. Sem essas ferramentas é impossível medir o desenvolvimento financeiro das organizações bem como tomar qualquer tipo de decisão. A análise dos índices é uma importante tarefa a ser executada dentro de uma empresa, pois eles têm a capacidade de dar suporte às decisões relevantes para a sobrevivência da entidade. (CONTÁBEIS, 2015, p. 1)

A empresa em análise está há mais de 20 anos no mercado, classificada como empresa de pequeno porte e tem como atividade principal a fabricação e conservação de alimentos perecíveis, sendo assim uma indústria de alimentos perecíveis. Possui 12 funcionários e tem movimentação anual por volta dos 2 milhões, atende toda a grande João pessoa e algumas das grandes cidades do interior do estado. Segundo o IBGE, a indústria movimentou 3,17 bilhões na capital paraibana no ano de 2019 o que representa mais de 15% do produto interno bruto pessoense.

A mesma possui boa estrutura, contando com espaço para possíveis ampliações, tem atuação presente com vendas a diversos públicos, que vai de feirantes até supermercados, com vendas também a bares e restaurantes, tendo assim uma clientela diversificada, a mesma também realiza a distribuição de seus produtos contando com frota própria de veículos e equipe especializada.

Para verificar seu desempenho financeiro a empresa acompanha apenas seus fluxos de caixa e não realiza qualquer análise de seus resultados em termos de margem de ganhos e muito menos analisa o que foi investido de capital ao longo de sua vida ou quanto que a empresa está gerando de ganhos sobre o capital aplicado. Por se enquadrar no regime tributário simples nacional não é necessária a elaboração de demonstrativos contábeis.

Para melhor acompanhamento e análise é necessário o desenvolvimento dos demonstrativos, através dos demonstrativos é possível se obter inúmeras informações, definir quais devem ser extraídas, depende de qual usuário vai utilizá-la, sejam eles investidores, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, empregados, clientes, governo e suas agências, público e os próprios diretores como no caso em questão.

“A análise das demonstrações contábeis é um conjunto de esforços sistemáticos para determinar, por parte de uma pessoa preparada, o significado e o sentido das demonstrações financeiras, com vistas a permitir a realização de previsão da liquidez, da solvência e da rentabilidade de uma entidade.” (Martins; Miranda; Diniz, 2014, p. 81)

Através da análise das demonstrações contábeis são obtidos os indicadores de solvência, liquidez e rentabilidade, tais indicadores demonstram a atual situação real da empresa através destas informações contábeis, indicadores os quais são capazes de conduzir um planejamento mais preciso assim como auxiliar nas tomadas de decisões de curto e longo prazo.

Através dos métodos contábeis de análise relatados acima, a análise econômico-financeira visa auxiliar empreendedores e gestores na avaliação do empreendimento e até na tomada de decisão, buscando assim um melhor desempenho da mesma. A presente pesquisa busca avaliar a atual situação econômico-financeira da empresa.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção serão abordados tópicos relacionados a demonstrativos financeiros e indicadores de liquidez, solvência e rentabilidade, a fim de observar quais dados são necessários para análise da empresa. Na sequência serão abordados temas relacionados a engenharia econômica, a fim de uma análise econômico-financeira.

4.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BÁSICAS

Ao fim de cada exercício social as empresas que se enquadram no regime tributário de lucro real ou presumido devem elaborar as demonstrações contábeis, com o objetivo de esclarecer aos proprietários, sócios, investidores e o governo, como que está o patrimônio e as finanças da empresa.

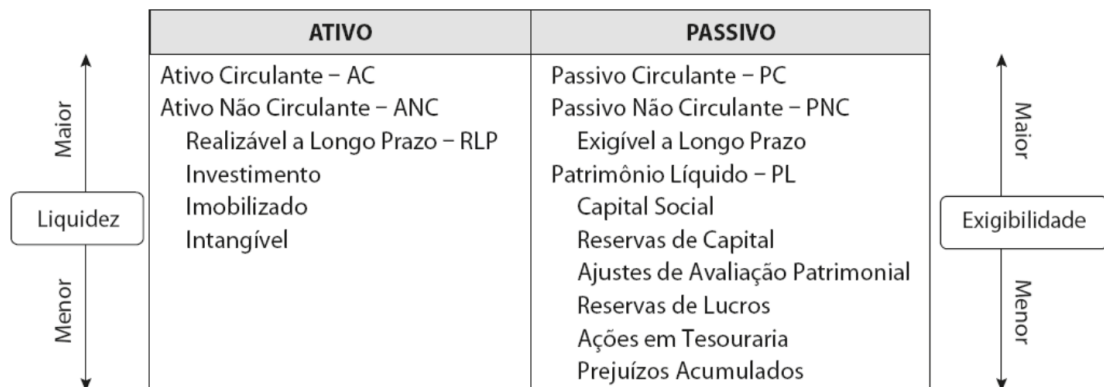
As demonstrações contábeis básicas na nova legislação societária (Lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09) são:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado (somente para companhias abertas).

As demonstrações contábeis básicas são de extrema importância para análise da empresa, através delas podemos analisar se a empresa apresentou algum crescimento ou decréscimo, seja ele imobilizado ou monetário.

4.1.1 Balanço patrimonial

A estrutura básica do balanço de acordo com o previsto na legislação é ilustrada na figura 1.

Figura 1 – Modelo de balanço patrimonial

Fonte: Assaf Neto (2020)

A classificação e a nomenclatura adotadas nesse quadro não são obrigatórias do ponto de vista legal, podendo variar de um balanço para outro. No entanto, a estrutura sugerida procura envolver a maior parte das situações. Através deste modelo pode ser realizado um demonstrativo de balanço patrimonial. A seguir temos de forma detalhada cada tópico presente no demonstrativo.

Ativo

O ativo é todo e qualquer bem o qual se possui a posse, onde o mesmo é ou pode ser transformado em caixa, como afirmado por Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 26) “o ativo é composto pelas contas representativas de bens direitos e outros recursos da organização que gerem ou ajudem a gerar caixa”. Através de Iudícibus (2017) temos que o registro de um valor no ativo deve atender a quatro requisitos simultaneamente:

- Construir bem ou direito para empresa;
- Ser de propriedade, posse ou controle de longo prazo da empresa;
- Ser mensurável monetariamente;
- Trazer benefícios futuros.

Ativo circulante

Na nova regulamentação o balanço, ficou estabelecida uma prática, há muito utilizada pelos analistas, de considerar todas as contas de grande rotação (maior liquidez) como ativo circulante. Dessa maneira todas as contas de liquidez imediata, ou que se convertem em dinheiro a curto prazo serão classificadas neste grupo. (ASSAF NETO, 2020, p. 66)

O mesmo é subdividido em disponível, aplicações, valores a receber a curto prazo, estoques e despesas antecipadas. A seguir temos de forma detalhada a apresentação de cada subtópico.

- Disponível: é todo e qualquer valor que esteja disponível para utilização, tais como dinheiro em caixa, cheques de terceiros, saldo em conta e títulos e aplicações de liquidez imediata;
- Aplicações: aplicações em moedas ou ouro, valores mobiliários resgatados a curto prazo;
- Valores a receber a curto prazo: boletos a vencer, duplicatas, prestações de serviços realizados, aluguéis, mesmo não estando disponível na data atual as empresas podem negociar os valores a receber retirando o mesmo na data atual com a dedução de taxas e juros;
- Estoques: todo e qualquer material a ser utilizado para produção, em produção e produto acabado. Tais materiais devem ser apresentados em valor líquido;
- Despesas antecipadas: são despesas pagas com antecedência e que será utilizada posteriormente, tais como seguros, viagens pagas, despesas de valores antecipados.

Ativo não circulante

É todo e qualquer ativo que possui baixa liquidez, “lenta transformação em dinheiro” e o que não se destina a venda “liquidez mínima”, o mesmo é subdividido em ativos realizáveis a longo prazo, investimentos, imobilizados e intangíveis que estão definidos a seguir. (ASSAF NETO, 2020, p. 69)

- Ativos realizáveis a longo prazo: recebíveis os quais serão concebidos após o término do exercício seguinte, ao encerramento do balanço;
- Investimentos: terrenos, equipamentos e qualquer bem físico adquirido com intenção de venda;

- Imobilizados: todos os bens físicos que não se destinam a venda e sim para a manutenção de sua atividade operacional como terreno, prédio, máquinas, veículos, móveis. Através do material de Assaf Neto (2020, p. 71) temos que “para efeitos de avaliação do imobilizado tangível deve ser subtraído montante que corresponda a perda de seu valor em função de uso, tempo, desgaste, obsolescência etc. [...] A depreciação do exercício é lançada como despesa na apuração do resultado, e a depreciação acumulada como conta redutora do imobilizado”;
- Intangíveis: bens de propriedade industrial ou comercial legalmente conferido a empresa tais como: direitos autorais, patente, marca, projetos em andamento “desenvolvimento de novos produtos”.

Passivo

Através de Martins, Miranda e Diniz (2014) temos que neste grupo estão classificadas as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos já ocorridos, cujas liquidações se espera que resultem em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos. O mesmo é subdividido em circulante e não circulante como demonstrado a seguir.

- Passivo circulante: são todas as obrigações de curto prazo, que “ocorrem dentro do exercício social atual” ou do ciclo operacional da empresa, tais como fornecedores, ordenados, empréstimos, salários (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Programa de Integração Social - PIS...) e também os demais impostos como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda (IR), Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outros.
- Passivo não circulante: compreende todas as obrigações cujo vencimento ocorre após o ciclo operacional ou exercício social da empresa.

Patrimônio líquido

É a diferença entre o total de ativos e passivos exigíveis, 'indica o volume de recursos próprios da empresa', o mesmo pode ser subdividido em capital social, reserva de capital, reserva de lucros, ajustes de avaliação patrimonial, prejuízos acumulados e ações em tesouraria. (ASSAF NETO, 2020, p. 75)

- Capital social: são valores investidos por sócios, acionistas ou até gerados pela própria empresa, "lucro" o qual pode ser integrado em forma monetária, bens ou serviços;
- Reserva de capital: variação nos valores de ativos (ajuste patrimonial), lucro auferidos não distribuídos, "lucro retido";
- Ajustes de avaliação patrimonial: segundo Assaf Neto (2020) a conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", criada pela Lei nº 11.638/07, inclui as diversas contrapartidas de aumentos ou reduções de valor calculados de elementos do ativo e do passivo, determinados em razão da avaliação a preços de mercado. Estes ajustes permanecem no patrimônio líquido enquanto não forem considerados no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência;
- Reservas de lucros: reservas de lucro com finalidade definida, a mesma é obrigatória quando as reservas de capital são inferiores a 30% do capital social;
- Prejuízos acumulados: após a distribuição dos lucros, quais dívidas estão remanescentes na empresa;
- Ações em tesouraria: segundo Assaf Neto (2020) corresponde ao montante das ações adquiridas da própria empresa e funciona como um elemento dedutível do grupo.

O quadro 1 apresenta o modelo do balanço patrimonial, detalhado com todos os grupos necessários para o desenvolvimento do mesmo de uma forma mais completa, tal modelo é apresentado como referência, podendo ser ajustado para melhor entendimento das empresas.

Quadro 1 – Balanço patrimonial detalhado

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO TOTAL
DISPONÍVEL	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa e Bancos	Fornecedores
Títulos de Negociação Imediata	Empréstimos e Financiamentos
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	Impostos, Taxas e Contribuições
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	Salários a Pagar
Valores a Receber	Dividendos a Pagar
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	Provisões
(-) Títulos Descontados	Outros Passivos de Curto Prazo
Outros Valores a Curto Prazo a Receber	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
ESTOQUES	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Matérias-primas e Embalagens	Empréstimos e Financiamentos
Produtos em Elaboração	Outros Passivos a Longo Prazo
Produtos Acabados/Mercadorias	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Materiais Diversos (Consumo e Almoxarifado)	Capital Social Realizado
DESPESAS ANTECIPADAS	Reservas de Capital
Despesas Apropriáveis a Custo no Exercício Seguinte	Reservas de Lucros
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Ajustes de Avaliação Patrimonial
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Prejuízos Acumulados
Créditos Diversos	Ações em Tesouraria
INVESTIMENTOS	
Participações Acionárias	
Outros Investimentos	
IMOBILIZADO	
Prédios e Terrenos	
Máquinas e Equipamentos	
Veículos, Mobiliário etc.	
INTANGÍVEL	
Marcas e Patentes	
Fundo de Comércio	

Fonte: Assaf Neto (2020)

4.1.2 Demonstração de resultados do exercício

A demonstração do resultado do exercício (DRE) tem como objetivo resumir a movimentação da empresa em um dado período, e através dela analisar o quanto a empresa teve de ganho ou perda.

O quadro 2 apresenta a estrutura da demonstração do resultado de acordo com a lei das sociedades por ações.

Quadro 2 – Demonstração de resultados DRE

RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS	
(-)	Descontos Concedidos, Devoluções
(-)	Impostos sobre vendas
=	RECEITA LÍQUIDA
(-)	Custo dos Produtos Vendidos e/ou Serviços Prestados
=	RESULTADO BRUTO
(-)	Despesas/Receitas Operacionais
(-)	Despesas Gerais e Administrativas
(-)	Despesas de Vendas
(+)	Receitas Financeiras
(-)	Despesas Financeiras
(-)	Juros sobre Capital Próprio
(+)	Outras Receitas Operacionais
(-)	Outras Despesas Operacionais
=	RESULTADO ANTES DO IR/CSLL
(-)	Provisão para IR e Contribuição Social
=	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
(-)	Participações
(-)	Contribuições
(+)	Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio
=	RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
LUCRO POR AÇÃO	

Legenda: IR: imposto de renda; CSLL: contribuição social sobre o lucro líquido.

Fonte: Assaf Neto (2020)

Através do quadro 2 temos o modelo o qual é possível elaborar um DRE de forma detalhada e dentro dos padrões exigidos.

4.1.3 Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados

Por apresentar maior riqueza de informações, o ideal seria a substituição da Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Atualmente, as companhias abertas já são obrigadas a apresentar esse tipo de informação, por força de normatização expedida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (MARION, 2019, p. 50)

Portanto, caso necessário a utilização de tal demonstrativo o mesmo será substituído pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

4.1.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

É um demonstrativo contábil mais abrangente que a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados integrando, de forma obrigatória, o conjunto de demonstrações contábeis apuradas pelas companhias. A demonstração das mutações patrimoniais abrange todas as contas do patrimônio líquido, identificando os fluxos ocorridos entre uma conta e outra e as várias ações (acréscimos e diminuições verificadas no exercício) (ASSAF NETO, 2020, p. 93)

Movimentações que elevam o patrimônio líquido:

- Lucro líquido do exercício;
- Aumento de capital por subscrição e integralização de novas ações;
- Ágio cobrado na substituição de ações e prêmios para debêntures e etc.

Movimentações que diminuem o patrimônio líquido:

- Prejuízo líquido ou exercício;
- Aquisição de ações da própria sociedade (ações em tesouraria);
- Dividendos e etc.

Movimentações que não afetam o patrimônio líquido:

- Aumento do capital por incorporação de reservas;
- Apropriações do lucro líquido da conta de lucros ou prejuízos acumulados para outras reservas;
- Compensa ações de prejuízos através de reservas etc.

4.1.5 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) é obrigatória para todas as companhias abertas e de grande porte de acordo com a Lei nº 11.638/2007. A mesma também deve evidenciar, no mínimo, 3 fluxos financeiros:

- Das operações;
- Dos investimentos;
- Dos financiamentos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Essa demonstração será obtida de forma direta (a partir da

movimentação do caixa e equivalentes de caixa) ou de forma indireta (com base no Lucro/Prejuízo do Exercício). (MARION, 2019, p. 51)

Fluxos financeiros operacionais

Descrevem basicamente as transações registradas na DRE.

- Entradas de Caixa: recebimentos de vendas realizadas à vista e de títulos representativos de vendas a prazo; recebimentos de receitas financeiras provenientes de aplicações no mercado financeiro, dividendos de participações acionárias em outras empresas, outros recebimentos como indenizações de seguros, sentenças judiciais favoráveis etc;
- Saídas de Caixa: pagamentos a fornecedores por compras à vista e de títulos representativos de compras a prazo, pagamentos de impostos, contribuições e taxas, pagamentos de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos etc (ASSAF NETO, 2020).

Fluxos financeiros de investimentos

São geralmente determinados por variações nos ativos não circulantes (ativos de longo prazo) e destinados à atividade operacional de produção e venda da empresa.

- Entradas de Caixa: recebimentos pelas vendas de títulos de aplicação de longo prazo (investimentos) e participações acionárias, de imobilizados etc.
- Saídas de Caixa: aquisições de títulos de longo prazo para investimentos, desembolsos para participação acionária em outras companhias, compras à vista de bens imobilizados etc (ASSAF NETO, 2020).

Fluxos financeiros de financiamentos

Referem-se basicamente às operações com credores e investidores.

- Entradas de Caixa: captações no mercado através de emissão de títulos de dívida, integralização de ações emitidas etc;
- Saídas de Caixa: pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas, amortizações de empréstimos e financiamentos (pagamento de principal) etc.

A legislação permite que a DFC seja elaborada tanto pelo Método Direto como pelo Método Indireto. As companhias brasileiras são incentivadas a adotarem o método indireto. O Método Indireto parte do lucro líquido do exercício para se conciliar com o caixa gerado pelas operações. O Método Direto destaca as movimentações financeiras explicitando as entradas e saídas de recursos de cada componente da atividade operacional, como recebimento de vendas, pagamentos de juros e impostos etc. (ASSAF NETO, 2020).

4.1.6 Demonstração do valor adicionado

Já citada anteriormente a Lei nº 11.638/2007 solicita as companhias abertas a obrigação de elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

“A Demonstração do Valor Adicionado evidenciará os componentes geradores do valor adicionado a sua distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela retida para reinvestimento.” (MARION, 2019, p. 56).

O quadro 3 apresenta o modelo da DVA, baseado no ofício circular CVM nº 01/00 exigido nas demonstrações básicas somente as companhias abertas.

Quadro 3 – Modelo de demonstrativo DVA

Item	CONTAS	Valores Monetários \$
1	RECEITAS	
	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
2	(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	
	Materiais consumidos	
	Outros custos de produtos	
	Energia	
	Serviços de terceiros	
	Outros	
3	= VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)	
4	Retenções	
	Depreciações	
	Amortizações	
	Exaustões	
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 – 4)	
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
	Resultado da equivalência patrimonial	
	Receitas financeiras	
7	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 – 6)	
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
	Pessoal e encargos	
	Impostos, taxas e contribuições	
	Juros e aluguéis	
	Juros sobre capital próprio e dividendos	
	Juros retidos e prejuízos do exercício	

Fonte: Assaf Neto (2020)

4.2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ECONÔMICO ATRAVÉS DE INDICADORES

Dentre todas as demonstrações contábeis básicas exigíveis as empresas que se enquadram em regimes tributários de lucro real ou presumido, temos que as mais importantes são DRE e balanço patrimonial, pois através dos mesmos é possível realizar uma avaliação da empresa, indicadores e índices, como índices de liquidez e solvência, atividade, endividamento e lucratividade. Dentre os indicadores iremos destacar alguns indicadores os quais são de maior interesse para que se possa analisar o que se tem investido no negócio e seu referente retorno.

Os indicadores utilizados serão responsáveis pela análise econômico-financeira. A seguir temos todos os indicadores que serão utilizados para o desenvolvimento do projeto e suas respectivas funções, os indicadores que serão utilizados nesta análise podem ser classificados em 3 categorias: financeiros ou liquidez, estrutura patrimonial ou endividamento e rentabilidade.

Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros, tais como liquidez corrente, seca e geral (ASSAF NETO, 2020).

Os índices utilizados para análise da estrutura patrimonial estabelecem relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros. Visam evidenciar a dependência da entidade em relação aos recursos de terceiros. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), tais índices são participação do capital de terceiros, endividamento geral e imobilizado do patrimônio líquido.

Através de Martins, Miranda e Diniz (2014), temos que com os índices de rentabilidade é possível identificar qual investimento proporciona maior retorno, como medir esse retorno e também auxilia a identificar qual o risco do investimento, os índices de rentabilidade utilizados são: giro de ativo, margem líquida, retorno sobre ativo total, retorno sobre patrimônio líquido.

4.2.1 Indicadores de liquidez

Liquidez corrente

Indica quanto existe de ativo total circulante para cada R\$1 de dívida a curto prazo, portanto, quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro (ASSAF NETO, 2020).

Liquidez seca

Liquidez seca é o quociente que demonstra a porcentagem das dívidas de curto prazo em condições de serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber (ASSAF NETO, 2020).

Liquidez geral

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) o índice de liquidez geral mostra a capacidade de pagamento atual da empresa com relação as dívidas de longo prazo; considera tudo que ela convertera em dinheiro (no curto e no longo prazo), relacionando com todas as dívidas assumidas (de curto e longo prazo).

Esse indicador revela a liquidez tanto a curto prazo como a longo prazo. De cada R\$1 que a empresa mantém de dívida. A liquidez geral é utilizada também como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando a sua capacidade de saldar todos os seus compromissos (ASSAF NETO, 2020).

4.2.2 Indicadores de endividamento

Participação do capital de terceiros

A participação do capital de terceiros tem como objetivo saber quanto que sua empresa tem de capital aplicado que pertence a terceiros, sejam eles investidos ou qualquer passivo presente.

Índice de endividamento geral

O índice de endividamento tem como objetivo identificar quanto que a empresa tem de dívidas com relação ao seu capital, através dela podemos observar se a empresa é detentora de suas riquezas ou não.

Imobilizado do patrimônio líquido

O imobilizado do patrimônio líquido tem como objetivo analisar qual o percentual do patrimônio da empresa que está imobilizado para que a mesma possa produzir suas riquezas.

4.2.3 Indicadores de rentabilidade

Giro de ativos total

O giro de ativos total tem como objetivo observar qual a proporção lucro com relação aos ativos aplicados no empreendimento, ao longo do período tributável.

Margem líquida

A margem líquida vai informar qual a porcentagem de lucro que a empresa tem sobre as suas vendas.

Taxa de retorno sobre ativo total

A taxa de retorno sobre ativo total tem como objetivo identificar qual o percentual que a empresa lucrou com o que está investido na empresa.

Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido tem como objetivo identificar qual o percentual que a empresa lucrou com o que está investido pela empresa, ou seja, qual o percentual de lucro que a empresa tem sobre o seu próprio capital.

5 METODOLOGIA

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo de caso foi elaborado através de uma abordagem quantitativa, que segundo Richardson (1999, p. 70), "representa, em princípio a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências".

Utilizando como procedimento Estudo de Caso, que é caracterizado por uma aplicação prática dos conceitos estudados. Segundo Barros e Lehfeld (2007), o estudo de caso consiste na coleta e registro de informações sobre um ou vários casos, elaborando relatórios críticos, organizados e avaliados, que darão origem a decisões sobre o objeto escolhido para a investigação. Para o desenvolvimento do mesmo temos que o procedimento também se classifica como bibliográfico por se basear em materiais já elaborados livros e artigos científicos e documental por se utilizar da coleta de dados para o desenvolvimento do mesmo.

Na busca de realizar a análise econômico-financeira da empresa em questão, o método de pesquisa utilizado foi de caráter exploratório. Segundo Estrela (2018), o estudo de caso tem enfoque qualitativo e exploratório, embora muitas facetas possam ser quantificadas. Da Silva e Menezes (2005), complementam que as pesquisas de caráter exploratório geralmente assumem a forma de pesquisas bibliográficas ou de estudos de caso.

Com base no conhecimento descrito, na revisão bibliográfica e nas informações colhidas junto empresa, interessado nos resultados da análise econômico-financeira, foi possível elaborar a análise apresentada.

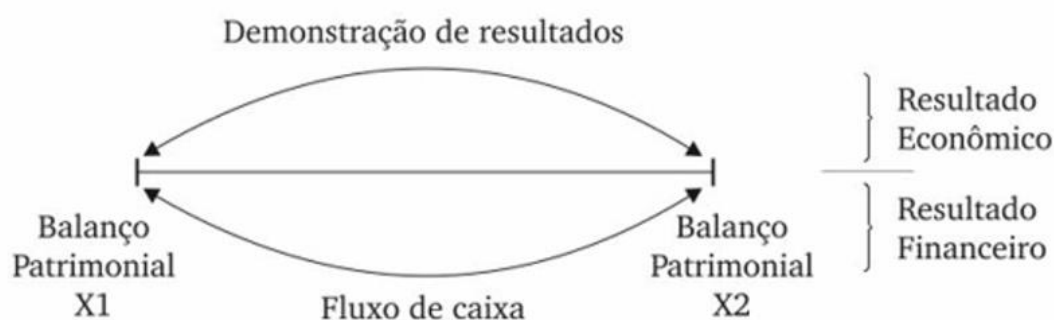
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa busca avaliar a atual situação econômico-financeira da empresa. Através de pesquisas em livros e artigos científicos foi definido quais itens são necessários para se realizar a análise de uma empresa, no caso de empresas que se enquadram na tributação de lucro real e presumido que existe uma série de demonstrativos que são obrigatórias como relatado no item 4.1, no caso de pequenas empresas que não se enquadram neste tipo de tributação tais

demonstrativos não são necessários, porém para o desenvolvimento da análise econômico-financeira é necessário dados que estão presentes na DRE e Balanço patrimonial.

O tripé das demonstrações contábeis (figura 2), assim chamado por Frezatti (2011), aborda o resultado econômico e o resultado financeiro.

Figura 2 – Tripé das demonstrações contábeis



Fonte: Frezatti (2011)

Para o desenvolvimento de tais demonstrativos foi necessário realizar a coleta de dados, a qual se deu junto à empresa.

Ao se analisar a construção dos indicadores, verifica-se que precisamos apenas de alguns elementos de cada demonstração para a construção de toda a análise, tais variáveis foram definidas como necessárias através da análise junto a figura 1 que representa a DRE e o quadro 1 que representa o BP. Portanto, verificou-se se seria possível a construção das variáveis que compõem as demonstrações financeiras, as variáveis identificadas como necessárias para o desenvolvimento da análise foram: total de ativos, ativo circulante, disponíveis, estoques, ativo não circulante, realizáveis a longo prazo, total de passivo, passivo circulante, passivo não circulante, exigíveis a longo prazo, patrimônio líquido, vendas, custo e despesas totais, lucro líquido.

Os dados colhidos referente ao balanço patrimonial foram: total de ativo (TA) o qual é subdividido em circulante (AC) e não circulante (ANC).

O (AC) se deu pela soma dos valores dos saldos em bancos o disponível, valores a receber, estoques de matéria-prima, produto acabado, embalagens e outros insumos. Valores dos saldos foram solicitados aos administradores, assim

como também o relatório de valores a receber, já os volumes em estoque foram obtidos através dos dados do balanço, o qual é realizado ao final de todos os meses.

Para obter o ANC foi solicitado o realizável a longo prazo, foi necessário realizar o levantamento dos bens duráveis, prédios e terrenos, o qual se adotou os valores definidos na avaliação da prefeitura. No caso dos bens não duráveis, em geral máquinas equipamentos e veículos, foi possível localizar parte das notas fiscais com valores de aquisição. Para os demais equipamentos realizou-se um trabalho de cotação de mercado, para que fosse possível definir seu o valor patrimonial. Portanto, para as máquinas e equipamentos que se tinha o valor de aquisição destes bens deduziu-se os valores de depreciação em função de uso, tempo, desgaste, obsolescência etc.

O total de passivo (TP) é subdividido em passivo circulante (PC), passivo não circulante (PNC) e patrimônio líquido (PL).

O PC foi formado pelos compromissos com fornecedores e salários (INSS, FGTS, PIS...) e também os demais impostos (IPI, IR, ICMS...).

O PNC foi definido como zero, pois a empresa não apresentava empréstimos e financiamentos ou qualquer compromisso exigível de curto ou longo prazo junto a bancos e instituições financeiras.

O PL é obtido através da soma dos ativos deduzindo os passivos, como relatado no item 4.1.1.

Os dados colhidos referente a DRE foram coletados junto ao fluxo de caixa de janeiro a dezembro do ano de 2021, que é o único demonstrativo realizado pela empresa, o qual conta apenas com entradas e saídas de caixa. Para este demonstrativo foram repassados apenas os valores de receita total “vendas”, custo de mercadoria “matéria-prima” e demais despesas e custos o qual é composto por insumos, despesas operacionais, custos operacionais, ordenados. Através destes valores podemos retirar a receita total denominado como vendas e após deduzir todas as saídas temos o lucro líquido. Tal “demonstrativo” foi elaborado mês a mês e posteriormente unificado para um relatório anual.

Segundo Chiavenato (2022) a análise econômico-financeira é uma técnica por meio de índices que consiste em relacionar contas e grupos de contas para extrair conclusões sobre tendências e a situação econômico-financeira da empresa. Assim, pode-se trabalhar com índices ou com percentuais. Como citado anteriormente por Marion (2019), poderíamos dizer que só teremos condições de conhecer a situação

econômico-financeira de uma empresa por meio dos três pontos fundamentais de análise: Liquidez (Situação Financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital).

Após o desenvolvimento dos demonstrativos foi possível calcular tais índices de liquidez, rentabilidade e endividamento, dentre estas três linhas de análise selecionou-se alguns índices, os quais conseguem evidenciar e caracterizar a atual situação financeira da empresa.

Através dos materiais de Martins, Miranda e Diniz (2014), Assaf Neto (2020), Matias (2017) entre outros autores e alguns artigos e apostilas de estudos, foram selecionados os índices de liquidez corrente, seca e geral, participação do capital de terceiros, endividamento geral, imobilizado do patrimônio líquido, giros de ativo total, margem líquida, taxa de retorno sobre o ativo total e taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, como os índices de referência para a análise econômico-financeira da empresa em questão.

Tais dados de demonstrativos DRE e patrimônio líquido foram lançados em tabelas utilizando o Excel e posteriormente com os resultados foram realizados os cálculos dos índices pelo mesmo sistema.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, muitas empresas se enquadram na configuração tributária simples nacional, por ser muitas vezes mais simples a declaração. Empresas que se enquadram no sistema tributário de lucro real ou presumido devem realizar seus demonstrativos:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado (somente para companhias abertas).

Tais demonstrativos têm a capacidade de explicitar a situação atual da empresa, se a mesma está em crescimento, seja ele físico, não físico, monetário ou até mesmo em prejuízo, em qualquer forma de valor.

Então ao realizar um acompanhamento da empresa que a mesma não possui as demonstrações contábeis básicas se enfrenta uma certa dificuldade de analisar seu desempenho ao longo do tempo e até mesmo o atual. Com base nisso temos que a utilidade do balanço patrimonial e da DRE são essenciais para qualquer empresa que possui bens materiais e imateriais, pois assim se torna possível a análise financeira da empresa de uma forma prática, com isto planejar melhor seu posicionamento e comportamento.

No quadro 4 temos o resumo dos dados colhidos do balanço patrimonial referente ao fechamento do ano de 2021 “último dia útil de dezembro de 2021”, os quais serão necessários para o desenvolvimento dos indicadores.

Quadro 4 – Dados do balanço patrimonial

ativo circulante	R\$	299.166,56
ativo não circulante	R\$	382.812,50
passivo circulante	R\$	150.477,00
passivo não circulante	R\$	-
patrimonio liquido	R\$	531.502,06
estoque	R\$	160.263,38

Fonte: autoral

Os valores do quadro 5 consistem no demonstrativo do ano de 2021, os valores repassados pela empresa foram apenas os de vendas e lucro líquido.

Quadro 5 – Dados DRE anual

vendas	R\$	1.954.016,77
lucro liquido	R\$	168.701,35

Fonte: autoral

Os quadros 4 e 5 trazem todos os dados que foram obtidos junto aos demonstrativos com todos os dados necessários para o desenvolvimento dos indicadores, a seguir temos todos os índices que serão utilizados para analisar a empresa assim como os cálculos efetuados através dos dados coletados dos demonstrativos realizados.

Após obter os dados necessários comuns em demonstrativos de resultados e balanço patrimonial foram gerados indicadores como liquidez e endividamento e rentabilidade, com estes índices podemos realizar uma análise do desempenho da empresa.

Através do material de Matias (2017, p. 268) temos “qual o parâmetro geral que deve ser utilizado para a avaliação do índice calculado para determinado indicador: quanto maior, melhor; ou quanto menor, melhor.” Utilizando a mesma interpretação, de quanto maior melhor e quanto menor melhor, para facilitar a análise temos os resultados a seguir.

6.1 ANALISANDO A LIQUIDEZ

Índice de liquidez corrente

O índice de liquidez corrente se dá pela equação 1, onde:

$$LC = \frac{AC}{PC} = \frac{299.166,56}{150.477,00} = 1,988 \text{ (Eq. 1)}$$

LC: liquidez corrente

AC: ativo circulante

PC: passivo circulante

LC = 1,988

Interpretação: quanto maior, melhor

Quando a liquidez corrente é maior que 1,0, a empresa tem ativos de realização no curto prazo que superam a captação de curto prazo, o que significa que parte das suas aplicações de curto prazo foram realizadas com recursos captados no longo prazo ou, ainda, com recursos de capital próprio – situações que evidenciam a existência de um excedente de recursos no curto prazo ao qual a empresa poderá recorrer em caso de dificuldades. (MATIAS, 2017, p. 310)

Portanto como citado anteriormente, a empresa dispõe de um capital próprio excedente, a qual poderá recorrer em casos de dificuldades, o que é um aspecto positivo.

como os estoques normalmente representam parte significativa do ativo circulante e estão sujeitos a riscos de liquidez em virtude de diferentes formas de avaliação, roubos, obsolescência, deterioração etc. e ainda demoram, normalmente para virar dinheiro, foi criado o índice de liquidez seca que elimina o efeito dos estoques e também das despesas antecipadas no cálculo da liquidez. (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014, p.127)

Portanto podemos analisar a liquidez da empresa diante acontecimentos adversos como total paralização ou caso seu estoque se torne obsoleto, através da liquidez seca.

Índice de liquidez seca

O índice de liquidez seca se dá pela equação 2, onde:

$$LS = \frac{AC-EST}{PC} = \frac{299.166,56-160.263,38}{150.477,00} = 0,923 \text{ (Eq. 2)}$$

LS: liquidez seca

AC: ativo circulante

EST: estoque

PC: passivo circulante

LS = 0,923

Interpretação: quanto maior, melhor

A liquidez seca, é assim chamada por excluir dos ativos o estoque, permite essa análise. Quando a liquidez seca é inferior a 1,0 e a corrente superior a 1,0, pode-se afirmar que a capacidade de realização dos estoques em receita, e a sua realização pelas margens esperadas, assume uma importância crucial na capacidade de pagamento da empresa no curto prazo, e fatores como mudanças súbitas nas taxas de câmbio que tornem os produtos estocados pouco competitivos em termos dos preços, ou reduções acentuadas de demanda induzidas por fatores relacionados às políticas monetárias e de rendas, assumem importância especial na avaliação da solvência da empresa. (MATIAS, 2017, p. 311)

A empresa em análise possui a capacidade em quitar suas dívidas de 92,3% sem utilizar seus estoques, portanto a empresa possui a necessidade de transformar parte do seu estoque em capital para quitar suas dívidas de curto prazo, sendo mais preciso 7,7% das suas dívidas serão pagas após a transformação de estoque em capital.

Este indicador varia muito de setor para setor, no caso da empresa em análise, existe uma necessidade em manter um estoque considerável para que não ocorra a falta de seus produtos diante a sazonalidade dos mesmos.

Índice de liquidez geral

O índice de liquidez geral se dá pela equação 3, onde:

$$LG = \frac{AC+RLP}{PC+RLP} = \frac{299.166,56+0}{150.477,00+0} = 1,988 \text{ (Eq. 3)}$$

LG: liquidez geral

AC: ativo circulante

RLP: realizáveis a longo prazo

PC: passivo circulante

LG = 1,988

Interpretação: quanto maior, melhor

A empresa em análise não possui dívidas assumidas de longo prazo, assim como também não possui recebíveis a longo prazo, assim o índice de liquidez geral ficou o mesmo do índice de liquidez corrente. Isto por conta que a mesma evitou dívidas de longo prazo ao se deparar com o mercado atual abalado pela COVID-19.

A mesma tem capacidade de pagar quase 2 vezes as suas dívidas com este capital, mais precisamente 1,98 vezes.

6.2 ANALISANDO O ENDIVIDAMENTO

Participação do capital de terceiros

O índice de participação do capital de terceiros se dá pela equação 5, onde:

$$PCT = \frac{PC+ELP}{PL} = \frac{150.477,00+0}{531.502,06} = 0,283 \text{ (Eq. 4)}$$

PCT: participação do capital de terceiros

PC: passivo circulante

ELP: Elegíveis a Longo Prazo

PL: patrimônio líquido

PCT= 0,283

Interpretação: quanto menor, melhor

A participação de terceiros mede o quanto de capital de terceiros que está aplicado na empresa para geração de renda, seja em qualquer tipo de recurso monetário ou físico. Relatando a dependência da empresa de um capital externo, desta forma evidencia a política de obtenção de recursos da empresa. No caso da empresa em análise temos que 28,3% do capital é de terceiros sendo representados pelas dívidas e fornecedores.

Índice de endividamento geral

O índice de endividamento geral se dá pela equação 6, onde:

$$EG = \frac{TP}{TA} = \frac{150.477,00+0}{299.166,56+382.812,50} = 0,221 \text{ (Eq. 5)}$$

EG: endividamento geral

TP: total de passivo

TA: total de ativos

EG = 0,221

Interpretação: quanto menor, melhor

O índice de endividamento geral mede o quanto a empresa tem comprometido dos seus ativos para custear seus passivos, quando maior que 1 a

empresa não possui ativos suficientes para quitar seus passivos. Em um caso hipotético, sendo 0 a empresa não possui qualquer dívida ou conta a pagar. No caso da empresa em análise temos que 22,1% dos seus ativos estão comprometidos para quitar seus passivos.

Imobilizado do patrimônio líquido

O índice do patrimônio líquido se dá pela equação 7, onde:

$$IPL = \frac{AC}{PL} = \frac{299.166,56}{531.502,06} = 0,720 \text{ (Eq. 6)}$$

IPL: índice de patrimônio líquido

AC: ativo circulante

PL: patrimônio líquido

IPL = 0,720

Interpretação: quanto menor, melhor

é possível comparar a parcela dos recursos investidos na empresa não exigíveis (o patrimônio líquido) que está comprometida em aplicação de demorada e difícil realização (ativo permanente), representada pela imobilização ajustada do patrimônio líquido. Índices inferiores a 1,0 indicam que o volume de recursos captados não exigíveis da empresa é superior ao volume de recursos aplicados de difícil realização, havendo, portanto, uma 'folga' financeira de recursos não exigíveis aplicada em ativos de maior liquidez, o que aumenta, de certa maneira, a liquidez da empresa como um todo. Visto de outra forma, o cenário no qual esse índice é menor do que 1,0 indica que todo o capital de terceiros foi aplicado apenas em ativos 'não permanentes', que se realizam naturalmente com o andamento das atividades da empresa e, assim, em tese, proporcionam aos terceiros maior segurança ao investirem recursos na empresa. (MATIAS, 2017, p. 279)

Quando menor que 1, este indicador evidencia qual o percentual do capital total que a empresa tem aplicado em sua estrutura física permanente necessária para o funcionamento, portanto quanto maior este índice menos sobrá para investir em ativos circulantes.

Quando maior que 1 este indicador torna evidente a presença de capital de terceiros investido em ativos permanentes de necessidade para o funcionamento do empreendimento.

6.3 ANALISANDO A RENTABILIDADE

Giros do ativo total

O índice de giros de ativo total se dá pela equação 4, onde:

$$GAT = \frac{VENDAS}{TA} = \frac{1.954.016,77}{299.166,56 + 382.812,50} = 2,865 \text{ (Eq. 7)}$$

GAT: giro de ativos total

TA: total de ativos

GAT = 2,865

Interpretação: quanto maior, melhor

Segundo Matias (2017, p. 305), o giro de ativo total é a “Capacidade de geração de receita, ou a velocidade de realização, do ativo total, tomando, assim, como base comparativa, a totalidade do capital aplicado na empresa.” Porém, “Esse indicador pode variar drasticamente entre os setores de atividade econômica, segundo a maior ou menor necessidade de ativo imobilizado” isto por conta da necessidade de uma estrutura adequada para o produto, sazonalidade do produto seja ela da matéria-prima ou das vendas do produto acabado entre outros fatores.

É classificado como quanto maior melhor, por Matias (2017, p. 304)

Fixados todos os demais parâmetros de rentabilidade e margem, a situação mais favorável em uma comparação entre empresas e setores é aquela em que se encontra o maior giro do ativo total, denotando maior capacidade de realização de receitas deles. (MATIAS, 2017, p. 304)

Margem líquida

A margem líquida se dá pela equação 8, onde:

$$ML = \frac{LL}{VENDAS} = \frac{168.701,35}{1.954.016,77} = 0,086 \text{ (Eq. 8)}$$

ML: margem líquida

LL: lucro líquido

ML = 0,086 ou 8,6%

Interpretação: quanto maior, melhor

Este indicador vai evidenciar qual a margem de lucro ou prejuízo que a empresa tem sobre sua receita, quando a empresa tem prejuízo apresenta resultado líquido negativo, portanto quanto maior este percentual melhor.

Este indicador (também é chamado de índice de lucratividade) é um importante sinalizador de rentabilidade da empresa. No entanto, é preciso cuidado quando se faz comparações entre empresas de diferentes setores, pois a margem é bastante influenciada pelo giro dos produtos. (MARTINS, MIRANDA; DINIZ, 2014, p. 197)

A margem líquida mostra qual o percentual que a empresa lucra sobre suas vendas. 8,6%, o seu produto com o giro de ativos total, o número de vezes em que o valor do ativo circula por exercício, tem como resultado o retorno sobre o ativo total (ROA).

Taxa de retorno sobre o ativo total

A taxa de ROA se dá pela equação 9, onde:

$$ROA = \frac{LL}{TA} = \frac{168.954.016,77}{299.166,56+382.812,50} = 0,247 \text{ OU } 24,7\% \text{ (Eq. 9)}$$

ROA: retorno sobre ativo total

LL: lucro líquido

TA: total de ativos

Taxa de ROA = 0,247 ou 24,7%

Interpretação: quanto maior, melhor

A rentabilidade do ativo que mede a geração excedente de receita a todas as rubricas de custos e despesas em termos do capital total investido na empresa, razão pela qual o indicador também é conhecido como retorno sobre o investimento. (MATIAS, 2017, p. 306)

A ROA tem como objetivo analisar qual a receita sobre o que está aplicado em ativos “capital utilizado para obtenção de receita”, portanto a empresa possui um retorno de 24,7% ao ano, sobre o que está sendo utilizado para obtenção desta receita.

Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) se dá pela equação 10, onde:

$$ROE = \frac{LL}{PL} = \frac{168.701,35}{531.502,06} = 0,317 \text{ OU } 31,7\% \text{ (Eq. 10)}$$

ROE: retorno sobre o patrimônio líquido

LL: lucro líquido

PL: patrimônio líquido

Taxa de ROE = 0,317 ou 31,7%

Interpretação: quanto maior, melhor

A importância do Quociente de Retorno sobre o Patrimônio Líquido reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas (IUDÍCIBUS, 2017).

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), o retorno sobre o patrimônio líquido é o mais importante dos indicadores, porque demonstra a capacidade da empresa remunerar capital que foi investido pelos sócios.

Portanto, o ROE demonstra quanto a empresa ganha sobre o que está investido, no caso da empresa em análise temos uma taxa de 31,7% de retorno ao ano.

No quadro 6 temos os resultados dos cálculos realizados para obter os índices padrão, contendo o resultado de todos os indicadores gerados e suas respectivas interpretações. Martins, Miranda e Diniz (2014) relatam que o importante não é o uso de grande quantidade de índices, mas somente daqueles necessários a compreensão da situação da entidade em análise.

Quadro 6 – Índices padrão

	Índice									
	Liquidez			Endividamento			Rentabilidade			
	Índice de Liquidez Corrente	Índice de Liquidez Seca	Índice de Liquidez Geral	Participação do Capital de Terceiros	Índice de End. Geral	Imob. do Patrimônio Líquido	Giros do Ativo Total	Margem Líquida	Taxa de Retorno sobre o Ativo Total	Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido
FORMULAS	$LC = \frac{AC}{PC}$	$LS = \frac{AC - EST}{PC}$	$LG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + RLP)}$	$PCT = \frac{PC + ELP}{PL}$	$EG = \frac{TP}{TA}$	$IPL = \frac{AP}{PL}$	$GAT = \frac{Vendas}{TA}$	$ML = \frac{LL}{Vendas}$	$ROA = \frac{LL}{TA}$	$ROE = \frac{LL}{PL}$
INDICES	1,988	0,923	1,988	0,283	0,221	0,720	2,865	8,63%	24,74%	31,74%
INTERPRETAÇÃO	QUANTO MAIOR MELHOR	QUANTO MAIOR MELHOR	QUANTO MAIOR MELHOR	QUANTO MENOR MELHOR	QUANTO MENOR MELHOR	QUANTO MENOR MELHOR	QUANTO MAIOR MELHOR	QUANTO MAIOR MELHOR	QUANTO MAIOR MELHOR	QUANTO MAIOR MELHOR

Fonte: autoral

Ao observar os índices de liquidez podemos afirmar que a empresa possui uma boa situação financeira, onde a mesma possui uma boa capacidade em enfrentar seus compromissos financeiros e “arcar com as dívidas assumidas”.

Os índices de endividamento, participação do capital de terceiros e endividamento geral são baixos, de tal forma que a empresa possui recursos mais

que suficientes para liquidar seus compromissos. Já o imobilizado do patrimônio líquido é bem elevado, isto por demandar de uma estrutura a qual exige um valor agregado elevado, o acompanhamento dos bens não duráveis, os quais perdem valor ao longo do tempo é indispensável, pois a queda deste índice pode significar a necessidade de renovação destes bens.

O índice de atividade giro de ativos total é analisado junto a margem líquida, os quais são diretamente ligados a lucratividade calculada pela taxa de ROA. Resumidamente, temos que o giro de ativos total é o número de vezes que o valor total dos ativos circula pela empresa, e a margem líquida é o percentual que é ganho em média nas vendas, o produto dos dois índices nos dá o ROA, como demonstrado a seguir

$$GIROS DO ATIVO TOTAL (GAT) = \frac{VENDAS}{TA}$$

$$MARGEM LIQUIDA (ML) = \frac{LL}{VENDAS}$$

$$ML \times GAT = \frac{VENDAS}{TA} \times \frac{LL}{VENDAS} = \frac{LL}{TA} = ROA$$

Portanto, quanto maior o giro de ativos ou margem líquida maior será a lucratividade.

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido é, dentre os índices, o que mais atrai os sócios, pois através dela é possível saber quanto a empresa ganha com relação ao que está aplicado.

Esta taxa tem como comparativo o custo de capital o qual utilizaremos como referência as taxas de juros que estão presentes no mercado para empréstimos ou financiamentos, para empresa em questão será utilizado as taxas de juros presentes nos empréstimos disponibilizados pelo governo para pequenas empresas chamado de PRONAMPE, o mesmo foi realizado por milhares de empresas de todo o Brasil, por ter uma boa taxa de juros e facilidade de ser realizado, segundo o banco do brasil (2022) sua taxa de juros é composta por uma parte fixa (6% a.a.) e uma parte variável, que é a Taxa Selic. Taxa Selic a qual atingiu o valor de 9,15% ao ano no final de 2021 segundo o banco central brasileiro. Sendo assim uma taxa de juros de 15,15% ao fim do ano de 2021.

7 CONCLUSÃO

Diante da pandemia podemos observar diversas oscilações no mercado internacional, nacional e local, o impacto é imensurável pois afetou todos os setores produtivos, o que tem um efeito em cadeia. A empresa em questão enfrentou situações adversas com a falta de insumos e matéria-prima, assim como também os aumentos constantes de valor dos mesmos, diante este cenário a mesma perdeu sua orientação financeira, se o seu rendimento estava bom ou ruim.

Ao realizar o acompanhamento da empresa em questão foi necessário obter dados comuns ao demonstrativo de resultados e balanço patrimonial e através dos mesmos realizar uma análise econômico-financeira utilizando indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Poucas empresas se utilizam dos demonstrativos, as que não são exigidas dos mesmos nem se quer o elaboram, tão pouco geram indicadores, porém não deveria ser desta forma, através da análise econômico-financeira é possível identificar inúmeros pontos positivos e negativos de um empreendimento e através deles junto ao conhecimento da empresa ter como analisar seu comportamento e até realizar planejamentos estratégicos.

Analistas trabalham muitas vezes apenas em cima desses dados, eles identificam o comportamento da empresa, se a mesma apresenta alguma tendência e qual resultado provável, projetando assim cenários futuros.

Os resultados dos indicadores da empresa foram satisfatórios, onde a margem líquida de 8,6% está na média do setor industrial, o Retorno sobre ativos com uma taxa de 24,7% e o retorno sobre o patrimônio líquido de 31,7%, porém como podemos analisar esta rentabilidade. De acordo com o banco central do brasil (2022, p. 1) “A taxa Selic afeta outras taxas de juros na economia e opera por vários canais que acabam por influenciar o comportamento da inflação”. Tendo como referência para o custo de capital a taxa de juros do PRONAMPE com 6% a.a. mais a taxa Selic em dezembro de 2021 de 9,15% obtivemos um valor de 15,15% a.a. de juros como referência para o custo de capital. Com isso se pode observar que a rentabilidade não foi tão elevada, pois quando descontamos os 15,15% do custo de capital do retorno sobre o patrimônio líquido 31,7% temos que a rentabilidade real foi de 16,55%. Levando em consideração as dificuldades enfrentadas durante o período de pandemia e concluindo que a rentabilidade real foi positiva, podemos afirmar que

a empresa no ano de 2021 obteve uma análise econômica financeira positiva obtendo um certo crescimento.

O presente estudo de caso abordou apenas o último período de exercício do demonstrativo, através dele foram colhidos dados necessários aos indicadores, analisado sua liquidez, endividamento e rentabilidades, por conta de existir apenas um único exercício com material suficiente ao desenvolvimento não temos como realizar o comparativo de desempenho ao longo dos anos ou com demais empresas do setor.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estruturas e Análise de Balanços**: Um Enfoque Econômico-financeiro. 12. ed. Barueri: Atlas, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BANCO DO BRASIL. **Mais credito para sua empresa**. Brasília, 2022. disponível em: <https://www.bb.com.br/site/pro-seu-negocio/credito/pronampe/#:~:text=As%20demais%20condi%C3%A7%C3%B5es%20s%C3%A3o%20regulamentadas,de%2011%20meses%20do%20BB>. Acesso em: 24 out. 2022

BARROS, A. J. D. S.; LEHFELD, N. A. D. S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, [...]. **Diário Oficial da União**. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**. Brasília: Presidência da República, 1976.

CHIAVENATO, I. **Gestão Financeira**: Uma Abordagem Introdutória. Barueri: Atlas, 2022.

CONTÁBEIS. **A Importância dos Indicadores Financeiros no processo decisório**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/2872/a-importancia-dos-indicadores-financeiros-no-processo-decisorio/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CVM/SNC. Ofício circular nº 1 de 2000. **Atuação do Auditor Independente no Mercado de Valores Mobiliários**. Rio de Janeiro, 2000.

DA SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=2507507>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ESTRELA, C. **Metodologia científica**: ciência, ensino, pesquisa. 3. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2018.

FREZATTI, F. **Gestão da viabilidade econômico-financeira dos projetos de investimento**. Barueri: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, S. D. **Análise de Balanços**. 11. ed. Barueri: Atlas, 2017.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8. ed. Barueri: Atlas, 2019.

MARTINS; MIRANDA; DINIZ. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 1. ed. Barueri: Atlas, 2014.

MATIAS, A. B. **Análise financeira de empresas**. 1 ed. Barueri: Manole, 2017.

MENDES, L. A. L. **Projeto empresarial: como construir estratégias eficazes e identificar os caminhos da lucratividade e do crescimento**. 1. ed. Pinheiros: Editora Saraiva, 2011.

OMS. **WHO Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV)**. Genebra, 2020. Disponível em: [https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihc-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihc-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 16 ago. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. Barueri: Atlas, 1999.

SEBRAE. **Consultoria em gestão financeira e econômica**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/sebraeaz/consultoria-de-gestao-financeira-e-economica,42cbb937250f9710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SEBRAE. **Entenda o motivo do sucesso e do fracasso das empresas**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/entenda-o-motivo-do-sucesso-e-do-fracasso-das-empresas,b1d31ebfe6f5f510VgnVCM1000004c00210aRCRD?origem=estadual&codUf=26%20%20%20>. Acesso: 16 ago. 2022.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WEIBLE, C. M. *et al.* COVID19 and the policy sciences: initial reactions and perspectives. **Policy Sciences**. Switzerland, v. 53, p. 225-241, 2020.